

A PRESENTAÇÃO

Lançamos mais este número de Retratos de Assentamentos em meio a um clima rodeado de apreensões, mas pleno de esperanças. Por um lado, há um processo eleitoral que abre perspectivas de volta do país à normalidade da democracia representativa e do reequilíbrio entre os três poderes, que por fim ao estado de exceção estabelecido pelo golpe de 2016 e tristemente referendado pelo judiciário. Por outro lado, nuvens ameaçadoras perturbam esse mesmo processo, a partir de uma polarização política que envolve perversas influências internacionais – a extrema direita em descarada emergência por toda parte.

Nossa democracia, conquistada em duros embates contra a ditadura militar, ao ser reconstruída com empenho e persistência pelos partidos de esquerda e pelos movimentos sociais, teve grande contribuição do campo, através das lutas pela Reforma Agrária.

O momento é, portanto, de graves interrogações. Conquistaremos nova primavera política, com a retomada e aprofundamento das políticas públicas que amenizam as desigualdades do capitalismo? Ou as forças históricas apontam um inexorável caminho na direção de mais um “inverno das nossas desesperanças”?

Contradições é que não faltam! Enquanto o Projeto de Lei que flexibiliza a regulação de agrotóxicos no país, o chamado PL do Veneno, foi aprovado com amplo apoio da bancada ruralista, a Comissão da Câmara de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei que restringe a venda direta de produtos orgânicos (!), ameaçando os avanços que tivemos em termos de certificação e o início de um processo de aprendizagem de agricultores familiares em termos do rastreamento da produção, restringindo os canais de comercialização que são, efetivamente, um dos bloqueios para a sua inserção nos mercados.

O campo já sofre castigos preocupantes (ao invés de ser premiado pela eficiência na produção de alimentos que nos matam a fome). Enquanto o agronegócio marcha triunfante, modernizando o velho latifúndio que

trabalha para o mercado externo, a agricultura familiar está ameaçada da volta à subalternidade, apesar da sua eficácia em produzir alimentos de verdade.

Ou seja, o crescimento da pesquisa científica atesta sua importância na produção de alimentos e na preservação do meio-ambiente. O que precisamos nós mais do que a realização desses dois direitos humanos difusos? O que necessitamos mais do que uma verdadeira Reforma Agrária, base da construção da democracia nos países desenvolvidos? O resto nos virá por acréscimo.

Retratos de Assentamento tem se dedicado a registrar a construção vagarosa e sofrida dessa utopia, com artigos científicos que demonstram avanços e recuos nessa direção. Mas agora, os sintomas anunciam atitudes regressivas e precisamos estar alerta(s) em relação a elas: cortes orçamentários atingem muitas conquistas dos agricultores familiares, cujos tímidos avanços podem ser eliminados, extinção de políticas públicas afetam o campo e a cidade; processos regressivos aumentam o desemprego...

Paradoxalmente ou não, os textos aqui apresentados descortinam a esperança porque apontam conquistas obtidas ao longo dos anos de luta, após a redemocratização do país, que se iniciou com a constituição de 1988, e que aliás poderá ser rasgada, conforme declarações ameaçadoras... Nas entrelinhas desses textos científicos percebemos, não só o que ainda não conquistamos, mas o muito que poderemos perder.

Após vivenciarmos 2014 como o ano internacional da agricultura familiar e um período de reconhecimento de sua importância científica, social, econômica e ambiental, essa categoria tem sido alvo preferencial de cortes orçamentários e de eliminação de direitos. Justamente aquelas populações que sempre estiveram à margem das agendas de desenvolvimento, são as principais a sentirem o peso dos cortes e a quase extinção de políticas públicas. Assiste-se a um fenômeno de retrocesso de conquistas reais – como o Programa de Aquisição de Alimentos.

Às vésperas de uma das mais importantes eleições presidenciais da história para a democracia no Brasil, o tratamento à agricultura familiar como agente histórico reside no limiar entre o aprofundamento e a diminuição das desigualdades e da fome em nossa sociedade.

Muitos artigos que compõem esta edição foram apresentados e discutidos durante o VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado na Uniara entre os dias 06 e 08 de junho de 2018, além de outros artigos

que recebemos por meio de fluxo contínuo. Em todos os casos, os estudos passam pelas conquistas e pelo reconhecimento da agricultura familiar, mas também pelas lutas e conflitos travados no cotidiano de sua reprodução social. Vale ressaltar o tema do referido simpósio, que este ano se propôs a discutir “Terra, trabalho e lutas no século XXI: Projetos em disputa”.

Para abrir o primeiro bloco desta edição foram selecionados artigos que colocam em relevância o tema do abastecimento alimentar e da formação de estoques de alimentos como atribuições públicas, tendo-se em vista a vulnerabilidade da população quanto à segurança alimentar. Projeto este sob ataque desde a década de 1970 ao serem delegadas estas atribuições aos mercados privados em vários países. A gestão de políticas públicas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é analisada no primeiro artigo por meio de um recorte temporal no qual grandes avanços foram realizados no Brasil – como ter saído do Mapa da Fome da ONU (Organização das Nações Unidas) e as conquistas de um programa estruturante como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para a produção e o consumo de alimentos no mercado interno. Por outro lado, o abastecimento alimentar é, certamente, um tema que tem contribuído muito para se discutir o campo e a cidade com fronteiras menos rígidas, que às vezes os separam, na teoria e na prática. Já o segundo artigo retrata a formação de uma relevante rede de produtores orgânicos no Sul de Minas Gerais. Trata-se de uma pauta que se soma e fortalece o abastecimento do mercado interno e da soberania alimentar via agricultura familiar agroecológica. Ainda mais quando se refere a Sistemas Participativos de Garantia (SPG), frutos de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que, nos últimos 15 anos, contribuiu para um vertiginoso aumento da produção e do consumo de alimentos orgânicos no Brasil.

O segundo bloco de artigos resgata diferentes dimensões da luta pela terra. Reflexões sobre perspectivas acadêmico-militantes para integração de atuações de apoio junto a movimentos sociais organizados são apresentadas na experiência inovadora de uma rede latino-americana de observatórios fundiários e núcleos de pesquisa e extensão focada em situações de conflitos agroambientais e rurais. Sem dúvidas, há dificuldade de registros que podem criar falsas aparências no campo, invisibilizando lutas, por pressão de interesses dominantes. Critica-se esta espécie de apagamento sociológico que pode desqualificar narrativas atravessadas por conflitos que envolvem a própria luta por sobrevivência. Bem-vinda esta reflexão que pode abrir

caminhos para experiências que já vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na América Latina, alimentando um circuito de invenção de novas e criativas metodologias. Isto pode ser fundamental para o fortalecimento de uma integração entre ensino, pesquisa e extensão voltada à ressignificação de um movimento sobre territorialidades e conflituosidades rurais em uma troca de saberes e de ações.

Formas específicas de resistências de assentados no Pontal do Paranapanema que trabalham no setor canavieiro e sofrem pelo ritmo intenso das atividades laborais são analisadas em um território atravessado por projetos antagônicos quanto à destinação das terras e sua função social. Tais influências atingem, no presente, 116 assentamentos aonde vivem cerca de 6.400 famílias, cujas vidas têm sido afetadas pela redução dos recursos dos programas de comercialização institucional. De outro ângulo, o cercamento destes assentamentos pela cana de açúcar traz, como consequência da pulverização aérea de agrotóxicos, dificuldades para as famílias produzirem alimentos saudáveis. O PL do Veneno encontra, neste território, completa ressonância. Amarelamento das hortaliças, morte de abelhas, afetando a produção do mel, um alto índice de nascidos com uma má formação congênita e a maior taxa de morte por câncer no estado de São Paulo são uma triste herança do impacto negativo do cercamento da cana. Expressões de degradação ambiental que impactam a qualidade de vida dos assentados e de toda a população convivem com a deterioração das políticas públicas que ameaçam o presente o futuro da reforma agrária.

Logo após, um artigo sobre a previdência social rural que discute sua clara importância para famílias assentadas e se destaca como uma das principais fontes de renda, ainda mais em um contexto de envelhecimento dos moradores do meio rural. Com dados empíricos, discute-se a melhoria da qualidade de vida que a previdência significa para famílias, mas demonstra-se que os benefícios sociais no meio rural não são nunca conquistados facilmente, tendo-se em vista as obstruções da previdência social rural que ainda criam limites à aquisição deste direito.

Triste o cenário da extrema concentração da terra no semiárido. Análise deste processo em perímetros irrigados, através do estudo de caso do Projeto Jaíba ilustra bloqueios enfrentados por produtores da região. Falhas no processo de seleção dos assentados, endividamento provocaram a desistência de muitos, abrindo espaço à negociação dos lotes, o que vai ter consequências para o processo de concentração da terra irrigada. Há

situações de agricultores regionais que enxergaram o perímetro irrigado como alternativa para o desenvolvimento da fruticultura através do mercado de terras informal, uma outra prática de concentração fundiária. Face a tais mecanismos vão sendo desfeitos os objetivos iniciais de democratização de acesso à terra. O processo de mercantilização ganha espaço. Negociações dos lotes entre colonos e produtores agrícolas passam a ser frequentes motivadas pelo aumento da oferta da terra irrigada a um preço abaixo do mercado. Falhas e omissões do Estado no processo de assentamento das famílias assentadas ganham contornos mais graves pela falta de assistência técnica e pela trama de aprisionamentos que se impõem aos produtores no campo da comercialização.

O terceiro bloco de artigos apresenta este contexto de permanentes disputas em diferentes dimensões do modo de vida de assentados ou nas políticas públicas a eles direcionadas. Assim, a criação de uma rádio comunitária é vista sob a perspectiva das disputas sobre os meios de comunicação, como uma clara contraposição das grandes redes de comunicação em relação à própria ideia de organização comunitária. Registra-se uma experiência concreta em um assentamento de Araraquara que certamente constrói uma rede de informações locais preciosa para a organização, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios de regulação, institucionalização e continuidade, inclusive quanto ao apoio de fatores e parcerias externas ao assentamento.

O tema da percepção ambiental e social dá continuidade ao terceiro bloco, com reflexões sobre as transformações impostas ao território por meio de monoculturas e pela especialização na produção de commodities. O primeiro artigo analisa em perspectiva histórica como a padronização promove uma série de consequências sob a perspectiva da (negação da) cultura e dos grupos rurais. Apesar da padronização imposta à paisagem e ao sistema produtivo hegemônico em vastos territórios, experiências com enfoque agroecológico estão constantemente emergindo em uma nova conjuntura em que a questão ambiental se faz presente no imaginário e nas ações individuais e institucionais. Cada vez mais a dimensão ambiental se torna indispensável quando falamos em desenvolvimento, portanto, ela está fazendo parte dos objetivos de políticas públicas como a extensão rural, como demonstrado em um dos artigos. Por meio de uma análise quantitativa os autores identificam que assentados e técnicos possuem boa percepção de problemas ambientais como erosões e contaminação por agrotóxicos,

comuns em assentamentos rurais, mas também a percepção de fatores que impedem que estas questões sejam solucionadas.

As políticas públicas ainda aparecem como temas relevantes nos dois últimos artigos do volume, que tratam mais especificamente das políticas de ATER e do PRONAF mulheres. No primeiro caso analisa-se como os beneficiários do PAA são atendidos pelos técnicos de ATER em um assentamento do Mato Grosso. Trata-se de um artigo com hipóteses extremamente relevantes para a execução de duas políticas públicas das mais bem sucedidas para a agricultura familiar. No entanto, apesar da opinião dos assentados de que a assistência técnica contribui na execução do PAA, os autores, apoiados em vários estudos, concluem que falta uma articulação na própria gestão dos programas. Já o artigo sobre o PRONAF chega a considerações parecidas, já que os agentes sociais do assentamento analisado reconhecem a importante contribuição da conquista de uma modalidade de financiamento agropecuário que tem por princípio diminuir desigualdades de gênero no meio rural, mas que não possui relevância prática. O artigo coloca questões como o porquê do PRONAF Mulher ser pouquíssimo acessado. Pode-se concluir que sua existência significa muito pouco para mudar relações sociais entre mulheres assentadas e técnicos. No entanto, os autores também consideram a existência desta modalidade uma conquista que deve ser analisada não pela quantidade de contratos de financiamento em si, mas por meio da própria participação das mulheres nas políticas públicas. Expressão da conquista dos direitos como decorrência das resistências das mulheres.

Comprovadamente, estamos diante de projetos em disputa. Ao permitir seu desvendamento analítico, este número de Retratos, lançado em pleno início da primavera, não nos coloca um mar de flores, mas, sem dúvidas, nos estimula a prosseguir no debate e na luta pela agricultura familiar sustentável como um agente relevante dos desafios que se impõem ao desenvolvimento brasileiro. Boa leitura!

Os Editores